

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.564 - RS (2019/0090575-1)

AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : CRISTINA MACHADO E OUTRO(S) - RS054287
AGRAVADO : ILZA DOS REIS NOVO
ADVOGADO : ARNALDO JAIR T LOUZADA E OUTRO(S) - RS040994

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundando no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, Ilza dos Reis Novo ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 96.400,01 (noventa e seis mil, quatrocentos reais e um centavo), em março de 2016, tendo como objetivo a concessão de aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência do IPERGS.

Após sentença que julgou procedente o pedido autoral, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, restando consignado que estando a parte autora vinculada ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos estaduais desde o início da sua contratação, é descabido o ingresso do INSS na presente lide, não merecendo acolhimento a tese de envio dos autos à Justiça Federal.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO PELA CLT. APOSENTADORIA. RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO.

- Desnecessidade de inclusão do INSS no pólo passivo da presente demanda. Precedente deste Egrégio em caso semelhante.

- Efetivada a contribuição previdenciária para o regime próprio, durante toda a vida funcional da empregada celetista, imperiosa a aposentação da servidora pelo IPERGS.

- Necessidade de observância dos princípios da segurança jurídica e boa-fé.

- Isenção do IPERGS do pagamento da taxa única prevista no artigo 5º da Lei Estadual nº 14.634/2014.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E ISENTARAM O DEMANDADO DO PAGAMENTO DA TAXA ÚNICA EM REMESSA NECESSÁRIA.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita,

Superior Tribunal de Justiça

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 114, 115, 489 e 1.022, todos do CPC/15.

Sustenta, em síntese, que:

(...) o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social deveria integrar à lide, na medida em que o recorrente já foi autuado pela autarquia justamente por não dar cumprimento ao § 13º do art. 40 da CF/88, não havendo manifestação do Juízo sobre os efeitos da sentença perante este órgão.

No mais, a questão nevrálgica da defesa que não há direito adquirido à regime jurídico, inclusive o previdenciário, invocando-se a aplicação da Súmula 359 do STF, em que pese interposto os embargos de declaração não foi enfrentada, não foram apresentados fundamentos para afastar a aplicação do entendimento consubstanciado e da súmula. (fl. 430)

Alega, ainda, que:

No que tange a alegação de que a sentença não atinge a esfera jurídica do INSS, diversamente, em caso de improcedência da demanda, e manutenção da vinculação da parte agravada ao Regime Geral de Previdência Social, resta claro que o INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social possui legítimo interesse em participar da demanda, pois é quem sofrerá as consequências da decisão, não lhe sendo recolhidas as contribuições pertinentes. Mas há mais, no caso de se manter a procedência da ação, o INSS não poderá mais autuar o IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul pelo descumprimento do § 13º do art. 40 da CF/88, também lhe atingido os efeitos da sentença. (fl. 433)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após decisão que inadmitiu o recurso especial, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Ouvido, o MPF opina pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Em relação à indicada violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pelo recorrente, qual seja a necessidade de formação de litisconsórcio com o INSS, tendo o julgador abordado a questão às fls. 370-371, consignando que:

Primeiramente tenho em afastar a prefacial de existência de litisconsórcio passivo necessário do INSS.

A discussão travada no presente feito diz respeito à inércia do IPERGS na concessão de aposentadoria à empregada pública contratada sob o regime celetista antes da vigência da EC nº 20/98, sob o regime próprio de previdência social.

Na hipótese, estando a parte autora vinculada ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos estaduais desde o início da sua contratação, efetivada no ano de 1982 (fl. 41), tenho como descabido o ingresso do INSS na presente lide, não merecendo acolhimento a tese de envio dos autos à Justiça Federal.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022, II, do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. BENEFÍCIO DE GRATUITA DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE ARCAR COM AS CUSTAS DO PROCESSO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ART. 4º, §1º, DA LEI 1.060/50. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

2. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.625.513/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 8/2/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. ERRO GROSSEIRO.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade,

Superior Tribunal de Justiça

contradição ou omissão da decisão recorrida.

2. No caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

3. Configura erro grosseiro a interposição de agravo regimental em face de decisão colegiada, de modo que não é cabível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para conhecer do recurso como embargos de declaração.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AgRg no REsp 958.813/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 13/2/2017).

No mais,

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da necessidade de formação de litisconsórcio passivo com o INSS, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu pela sua desnecessidade, dado que a parte autora esteve vinculada ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos estaduais desde o início da sua contratação.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA C/C PEDIDO DEMOLITÓRIO E ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 123/STJ. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO SUSCITADA. INVIABILIDADE DE PREQUESTIONAMENTO FICTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Cabe ao Presidente da Corte local examinar a admissibilidade do recurso especial, o que por vezes implica exame superficial do próprio mérito, não significando usurpação de competência. Assim dispõe a Súmula 123/STJ: "a decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais ou constitucionais."

2. Prequestionamento do artigo tido por vulnerado não realizado. Súmula 211/STJ.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para

Superior Tribunal de Justiça

que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

4. A revisão das conclusões estaduais - acerca da ausência dos requisitos necessários para a configuração do litisconsórcio passivo necessário - demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

5. Ausência de impugnação a fundamento constante do acórdão estadual. Súmula 283/STF.

6. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1354305/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2019, DJe 14/02/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022, II, DO CPC/2015. INEXISTENTE. INEXISTENTE. FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Em relação à indicada violação dos arts. 489 e 1.022, II, do CPC/2015, não se vislumbra a alegada omissão das questões jurídicas apresentadas pela recorrente, tendo o julgador abordado a controvérsia tal qual lhe fora colocada, consignando exatamente acerca dos pontos controvertidos, inclusive ao julgar os declaratórios, como se constata do acórdão recorrido.

II - Por se tratar de decisão devidamente fundamentada, na qual fora analisada a controvérsia exposta, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irrisignação da embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso, sendo de rigor o afastamento das apontadas violações, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

III - Concluiu pela formação do litisconsórcio passivo necessário em decorrência da necessidade de parceria entre o setor público e o privado, mas afastou a alegação de que se tratava de pedido genérico.

IV - A irrisignação da recorrente acerca de tal questão, bem como sobre a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, vai de encontro às convicções do julgador a quo, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, assim decidiu: "[...] a exposição fática e pedidos estão devida e logicamente alinhavados, possibilitando, além do exercício da ampla defesa e entendimento do alcance do pedido e delimitação da controvérsia posta pelo Parquet, afastando-se, assim, a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido. " V - Para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, na forma como pretendida pela recorrente, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

VI - A partir da juntada das informações que serão oferecidas pelos entes públicos após a formação do litisconsórcio, a matéria poderá ser apreciada sob o enfoque meritório da questão, principalmente à luz da Lei n. 12.305/2010, conforme salientado pelo juízo a quo.

VII - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1299891/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018)

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CARACTERIZAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. ALTERAÇÃO DAS CONCLUSÕES DA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ.

1. Inexiste previsão legal a embasar a pretensão da insurgência de caracterização do litisconsórcio passivo necessário entre o proprietário de imóvel e o locatário. Outrossim, a Corte local assegura ausente o interesse jurídico da empresa locatária do imóvel na demanda de que tratam os autos.

2. O apelo especial é recurso de fundamentação vinculada e está adstrito às hipóteses de infringência ao direito federal infraconstitucional, não se prestando ao reexame de fatos e provas.

A modificação das conclusões do acórdão recorrido exige profunda análise do acervo probatório da causa, o que seria necessário para se modificar as conclusões do aresto impugnado quanto à caracterização do litisconsórcio passivo necessário. A medida é sabidamente vedada na via eleita, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1340984/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada na origem para 11% (onze por cento), sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de julho de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator